

REDD+ E O ASSÉDIO AOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO CERRADO

REDD+ AND THE HARASSMENT OF INDIGENOUS PEOPLES AND TRADITIONAL POPULATIONS OF THE CERRADO

Eduardo Alves de Oliveira¹

RESUMO

O trabalho apresenta uma análise e reflexão sobre o assédio sofrido pelos povos indígenas e populações tradicionais por parte de grandes empresários internacionais e governos, no contexto da implantação do REDD+ em seus territórios. Dessa forma, a pesquisa insere o recorte do Cerrado na discussão territorial e ambiental, abordando a territorialidade dos grupos afetados e os riscos que essas propostas representam para suas comunidades.

Palavras-chaves: povos indígenas; populações tradicionais; REDD+;

INTRODUÇÃO

Com as políticas econômicas voltadas para o fortalecimento dos grandes empreendimentos, os povos indígenas e populações tradicionais, bem como seus territórios, estão cada vez mais ameaçados e sofrendo assédio por parte das grandes corporações no espaço rural. Diante de um processo colonialista, a agroindústria busca deter e dominar os territórios tradicionais, oferecendo falsas soluções para os povos indígenas e populações tradicionais.

A exploração da natureza é uma característica do capitalismo. O próprio Karl Marx aponta que esse abuso do capital em relação à natureza é uma contradição inerente a esse sistema. Diante dessa contradição exploratória, o capitalismo transfere todas as responsabilidades para os povos subalternizados, explorando a natureza e atribuindo a culpa aos explorados, deixando-lhes apenas as sobras ou nada.

Isso ocorre também dentro da proposta de incentivo à Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal e Ações Adicionais para Proteger o Clima (REDD+), cujos principais incentivadores são os países ricos do Norte global, que têm como objetivo implementar esse projeto nas comunidades do Sul global. Ou seja, os mais ricos degradam e destroem a natureza em busca de lucro e, posteriormente, transferem a responsabilidade para as comunidades mais pobres.

Diversos veículos de comunicação vêm divulgando informações apontando que os indivíduos mais ricos do mundo são os que mais produzem carbono no planeta, enquanto a

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); eduardo.884@aluno.ueg.br

parcela mais pobre sofre as consequências. Segundo o *Brasil de Fato* (2025), nas primeiras semanas do ano de 2025, o 1% da população mais rica do planeta consumiu toda a sua cota de CO₂, enquanto a população mais pobre do mundo demoraria, em média, três anos para atingir esse mesmo consumo.

Com a exploração predatória do Cerrado pela agroindústria, tornando-o cada vez mais homogêneo e transformando-o em um centro de produção agrícola industrializada, essas práticas têm provocado a destruição do bioma e dos territórios a ele pertencentes. Além disso, essa situação tem intensificado o assédio e os conflitos com os povos indígenas e populações tradicionais do Cerrado. O objetivo principal das grandes corporações que representam o capitalismo no campo é disputar e dominar o território do Cerrado e seus habitantes.

As práticas de homogeneização do Cerrado pela força capitalista no campo vêm modificando a socioculturalidade dos indígenas e populações tradicionais cerratenses. Assim, é possível afirmar que:

A internacionalização do Cerrado, rápida e diferenciada no território, gerou como consequência a profunda desorganização dos modos de povos originários, bem como desarticulou os signos de sua tradição cultural, de seus ambientes e do vivente. Esclarecia por tanto, que a relação entre política e planta tinha a mediação de escalas e das etnias e forças. (Chaveiro, 2017, p. 56)

Para esses povos, a natureza faz parte da vida, da cultura e da espiritualidade. Com sua destruição, eles também se enxergam como destruídos, pois a natureza é inseparável da identidade dos indígenas e das populações tradicionais. Assim, ter o Cerrado completamente devastado significa, para eles, a destruição de seus próprios grupos.

O objetivo desta escrita é, portanto, evidenciar o assédio e as falsas soluções que as grandes corporações apresentam aos povos indígenas e populações tradicionais, trazendo um recorte focado nos habitantes do Cerrado. Dessa forma, busca-se demonstrar que o Cerrado é um território em disputa, impactado pela agroindústria, que vem substituindo o espaço tradicional dos povos originários e populações tradicionais por criações de gado, plantações de soja, milho, algodão e outros insumos da agricultura industrial.

Perante a arguição, este trabalho tem como objetivo geral promover a discussão e a reflexão sobre os assédios que os povos indígenas e as populações tradicionais vêm sofrendo por parte de grandes produtores rurais, bem como de governos, que buscam controlar os territórios desses indivíduos por meio do REDD+.

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos desta escrita partem de revisões bibliográficas por meio de textos, cartilhas e pesquisas de dados na internet, utilizando ferramentas como Google Acadêmico, sites e revistas online. Assim, por meio da metodologia de Pesquisa Participante foram feitas escutas de relatos dos povos e populações envolvidas nessa escrita.

Brandão (1990) ressalta que a pesquisa participante é inteiramente participativa nos processos e integrada às ações dos envolvidos na pesquisa. Dessa forma, esta pesquisa é construída a partir do envolvimento direto com os povos e populações aqui estudados. Assim, fundamenta-se tanto em leituras e pesquisas bibliográficas quanto na participação direta nos debates sobre o tema e na interação com os sujeitos pesquisados, consolidando-se dessa maneira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os créditos de carbono têm se aproximado cada vez mais dos territórios indígenas e das populações tradicionais, recebendo incentivos e apoio de governos com a proposta de reduzir o desmatamento e preservar a natureza diante das mudanças climáticas, apresentando soluções para esses povos e seus territórios.

No entanto, ao refletir sobre essa questão, tanto os povos indígenas quanto as populações tradicionais consideram a natureza parte essencial de sua existência, cultura e espiritualidade. Dessa forma, esses grupos não causam degradação ou destruição ambiental. Pelo contrário, são eles os principais responsáveis pela preservação dos ecossistemas. Conforme apontado pelo Instituto Socioambiental (2022): “Os resultados mostram que os Povos Indígenas e Tradicionais são responsáveis, juntos, pela proteção de um terço das florestas no Brasil”. Dessa maneira, são esses povos os que menos contribuem para a poluição e a degradação ambiental.

Mesmo assim, grandes empresários e até governos vêm, cada vez mais, aliciando os povos indígenas e as populações tradicionais para que adotem o REDD+ em seus territórios. Essas propostas vêm acompanhadas de falsas soluções para essas comunidades e, além disso, são projetos que têm causado divisões entre indígenas e membros de populações tradicionais.

Com a constante expansão do capitalismo no espaço rural, dentro do recorte do Cerrado, os territórios tradicionais tornaram-se os principais alvos de controle e financeirização, conforme apontado:

A implementação do REDD+ se encontra inserida nesse continuum, como um instrumento de financeirização da natureza e dos territórios indígenas a serem inseridos no mercado mundial de carbono, utilizando-se de supostos discursos governamentais e empresariais sobre a preservação ambiental [...]. (Teles et al., 2021, p. 36)

Dessa maneira, grandes empresários e governos chegam aos territórios tradicionais oferecendo soluções financeiras às comunidades — sejam elas indígenas ou populações tradicionais —, prometendo recursos financeiros em troca da produção de carbono. No entanto, quando membros dessas comunidades assinam os contratos, acabam perdendo parte da autonomia sobre os territórios em que vivem.

Os grupos capitalistas criaram o termo “capitalismo verde”, que não passa de uma falsa solução. Ele constrói um imaginário de exploração consciente da natureza, mas, na prática, o que ocorre é uma devastação massiva dos recursos naturais, impactando o meio ambiente, os povos indígenas e as comunidades tradicionais.

De acordo com os resultados desta pesquisa e reflexões desenvolvidas, o processo de inserção de grandes empresários e governos nos territórios tradicionais, sob a promessa de redução dos danos à natureza, caracteriza-se como colonialismo ambiental.

[...]o REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) pode impactar a autonomia socioterritorial das comunidades indígenas e perpetuar estruturas de dominação e submetimento. Dessa forma, trata-se de uma proposta que limita o uso que essas comunidades fazem de seus próprios territórios. (Alkmin, 2023, p. 01)

Assim, os resultados desta pesquisa são construídos a partir da escuta dos relatos de indígenas e membros de populações tradicionais com territorialidade no Cerrado, que compartilham suas experiências de contato com os fornecedores de REDD+ em seus territórios. Esses relatos evidenciam preocupações e resistências quanto à entrada desses empreendimentos em suas terras e comunidades. As soluções surgem por meio de formações

e alertas dirigidos a essas comunidades, a fim de conscientizá-las sobre os riscos da implementação do REDD+ em seus territórios.

Diante dessas ações de financeirização dos territórios tradicionais, os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm enfrentado conflitos, afastando-se de suas tradições e culturas. Com propostas mercantis, alguns membros dessas comunidades acabam aceitando acordos em troca de dinheiro, o que tem causado divisões e disputas dentro desses grupos.

Essa situação tem provocado desarticulações e conflitos nos territórios indígenas, contrapondo duas concepções de meio ambiente: uma inserida na lógica do mercado, que considera os recursos naturais subordinados a interesses privados, e outra baseada nas cosmologias ancestrais indígenas, que veem a natureza como entidades vivas, dotadas de valores sagrados e direitos. (Teles et al., 2021, p. 37)

Dessa forma, Krenak (2020, p. 22) afirma que "A organização dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe." Ou seja, os grandes empreendimentos no Cerrado assediam e destroem os povos indígenas e as comunidades tradicionais, pois esses grupos dependem diretamente da natureza do bioma para sua existência. No entanto, as propostas desenvolvimentistas os afastam dessa conexão vital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e discussões apresentados neste trabalho demonstram que os povos indígenas e as populações tradicionais têm seus territórios ameaçados pelas forças produtivas capitalistas, resultando também na utilização do Cerrado como meio de produção para grupos que detêm o poder econômico.

Nesta pesquisa, traz-se a concepção de Foucault (1979) sobre o poder invisível. A partir dos resultados obtidos, percebe-se que as práticas adotadas por governos e grupos capitalistas visam à usurpação dos territórios indígenas e tradicionais para fins de exploração e domínio, levando, gradualmente, ao extermínio desses povos e populações. O estudo aponta formas pelas quais o poder atravessa os sujeitos subalternizados.

Nos relatos dos povos indígenas e das populações tradicionais, expostos em roda de conversa, observa-se que essas comunidades estão em estado de alerta diante das propostas de implementação do REDD+ em seus territórios, pois tais ações já ocorreram no passado sob outras ferramentas. Por meio do poder invisível, falsas soluções foram apresentadas a essas comunidades, que, ao aceitá-las, tiveram seus territórios retirados e devastados pelas forças capitalistas que impõem seu domínio sobre esses sujeitos.

AGRADECIMENTO

Agradeço o apoio da Agência de Inovação da Universidade Estadual de Goiás por fomentar a pesquisa. Salientando assim, a importância dessa agência para as produções e pesquisas desenvolvidas através de seu apoio, como esse trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Tainá. Estudo comprova que Povos Indígenas e Tradicionais são essenciais para a preservação das florestas. Instituto Socioambiental, 09 agosto de 2022. Disponível em: [Estudo comprova que Povos Indígenas e Tradicionais são essenciais para a preservação das florestas | Instituto Socioambiental](#). Acesso em 06 abril de 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **Pesquisa participante**. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHAVEIRO, E. F. Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado. Seminário internacional Meio Ambiente, Dinâmicas Regionais e Planejamento Territorial na Amazônia e no Cerrado–Anais. Porto Nacional–TO: UFT, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. – 2º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOARES, Nicolau. **Dia dos Ricos Poluidores**: 1% mais rico já emitiu ‘cota anual’ de CO2 de 2025; 50% mais pobres levarão 3 anos. Brasil de Fato, Curitiba, 10 janeiro de 2025. Disponível em: [‘Dia dos Ricos Poluidores’: 1% mais rico já emitiu ‘cota anual’ de CO2 de 2025; 50% mais pobres levarão 3 anos – Brasil de Fato](#). Acesso em: 06 abril de 2025.

TELES, Dercy et al. **Golpe Verde**: Falsas soluções para o desastre climático. Conselho Indigenista Missionário, Rio Branco, 2021. Disponível em: [Golpe Verde: falsas soluções para o desastre climático | Cimi](#). Acesso em: 10 fevereiro de 2025.